



MÓDULO FORMATIVO 1 – Introdução ao Desenvolvimento Sustentável

Financiado pela União Europeia. No entanto, as opiniões e os pontos de vista expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agence Erasmus+ France / Education Formation. Nem a União Europeia nem a autoridade concedente podem ser responsabilizadas por eles.

Número do projeto: 2022-1-FR01-KA220-VET-000086582

UNIDADE 1.1. – INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável é “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”.

(Brundtland Report, WCED 1987: 43)

1.1.1. Introdução ao conceito de desenvolvimento sustentável

Na década de 1980, alguns proclamaram que o conceito de desenvolvimento sustentável não era mais do que uma frase de efeito que acabaria por desaparecer, tal como alguns outros conceitos recém-surgidos o fizeram antes disso (Desta Mebratu, 1998). Contrariamente a esta crença, o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se, e continua a ser, um elemento central das principais políticas nacionais e internacionais.

Hoje, o conceito está ligado a uma grande variedade de definições e interpretações, todas ligadas aos 3 pilares do desenvolvimento sustentável - pilar social, económico e ambiental, os 5 “Ps” – pessoas, planeta, prosperidade, paz, parceria ou os seguintes dois conceitos ou teorias:

- (1) “o conceito de necessidades humanas” ou “a capacidade das sociedades humanas de viver e satisfazer as suas necessidades, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” e,
- (2) “a teoria da gestão dos recursos naturais” ou “a capacidade das sociedades humanas existirem e se desenvolverem sem esgotar os recursos naturais”.

Historicamente, o conceito surgiu como resultado das preocupações globais levantadas durante décadas por representantes proeminentes dos movimentos ambientais, económicos e sociais. Estava enraizado nos princípios de igualdade, justiça e direitos humanos, e na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972). O termo foi definido pela primeira vez no Relatório Nosso Futuro Comum ou também conhecido como Relatório Brundtland publicado em 1987 pela Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), e foi formalmente reconhecido em nível internacional na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), também conhecida como Cúpula da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

1.1.2. Os objectivos de desenvolvimento pré-milénio

A história sobre o desenvolvimento sustentável começou a tomar forma décadas antes do seu reconhecimento na Cúpula da Terra da ONU no Rio de Janeiro (1992). Em 1949, a Conferência Científica sobre a conservação e utilização de recursos, realizada em Nova Iorque, abordou pela primeira vez o esgotamento dos recursos naturais (Anita Grozdanov, 2018). Embora o foco estivesse principalmente na forma de gerir os recursos para o desenvolvimento económico e social, e não numa perspectiva de conservação ambiental (Peter Jackson, 2007), este foi um ponto de partida para o processo que continuou a desenvolver-se.

Em 1968, as preocupações com a poluição, conservação e utilização do ambiente receberam séria atenção por parte do Conselho Económico e Social da ONU (Peter Jackson, 2007). Com base na agenda e nas conclusões do Conselho, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi organizada em 1972. A conferência resultou na adopção da Declaração de Estocolmo e do Plano de Acção para o Ambiente Humano, incluindo várias resoluções que estabelecem princípios fundamentais para a preservação do ambiente humano (Nações Unidas) e levantou pela primeira vez a questão das alterações climáticas (Peter Jackson, 2007).

Mais tarde, na Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento (a Cimeira da Terra de 1992), foram adoptadas a Declaração do Rio e a Agenda 21, que reflectiam um consenso global sobre o desenvolvimento sustentável e a cooperação ambiental. E em 1997, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em Quioto, foi adoptado o Protocolo de Quioto que obriga os signatários a limitar e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa de acordo com as metas individuais acordadas.

1.1.3. Dos objectivos de desenvolvimento do milénio aos objectivos de desenvolvimento sustentável

No ano de 2000, a histórica Declaração do Milénio foi assinada na então maior reunião de líderes (de 189 países) — a Cimeira do Milénio das Nações Unidas. A Declaração veio com um compromisso para a realização de 8 objectivos do milénio que iam desde reduzir para metade a pobreza extrema e a fome até 2015 até à promoção da igualdade de género, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, etc.

Tabela: Lista dos objectivos de desenvolvimento do milénio

Objetivo 1	Erradicar a pobreza extrema e a fome	Em 1990, quase metade da população dos países em desenvolvimento vivia em extrema pobreza ou com menos de 1,25 dólares por dia. Em 2015, o número de pessoas que viviam em extrema pobreza era de 14%.
------------	--------------------------------------	--

Objetivo 2	Atingir o ensino básico universal	Em 2000, 100 milhões de crianças a nível mundial não frequentavam o ensino primário. Em 2015, o número de crianças que não frequentavam a escola primária era de 45 milhões.
Objetivo 3	Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres	Até 2015, o número de mulheres representantes no Parlamento aumentou 7,90% em comparação com 1995.
Objetivo 4	Reduzir a mortalidade infantil	Em 2015, a taxa de mortalidade infantil (abaixo de 5) caiu para metade. De 12,7 milhões de casos registados em 1990 para 6 milhões em 1995.
Objetivo 5	Melhorar a saúde materna	De 1990 a 2015, a taxa de mortalidade materna diminuiu 45%.
Objetivo 6	Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	Entre 200 e 2013, o VIH diminuiu cerca de 40%.
Objetivo 7	Garantir sustentabilidade ambiental	Desde 1990, 1,9 mil milhões de pessoas têm acesso a água potável.
Objetivo 8	Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	A ajuda oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos aumentou 66% entre 2000-2014, ou seja, de 81 mil milhões para 135,2 mil milhões de dólares.

Fonte: Nações Unidas

Em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os Estados-Membros decidiram lançar um processo para desenvolver um conjunto de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se basearão nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e cumprirão os objectivos de desenvolvimento pós-2015. agenda.

Com o objetivo de construir uma nova agenda de desenvolvimento centrada nas pessoas, foi realizada uma consulta global online e offline. Cidadãos, organizações da sociedade civil, cientistas, académicos e representantes do sector privado de todo o mundo estiveram activamente envolvidos no processo.

Em 2014, o Grupo de Trabalho Aberto da ONU (OWG) propôs um documento com 17 objetivos, que estabeleceu as bases para a nova agenda de desenvolvimento global 2015-2030. Os novos ODS como parte da Agenda para o desenvolvimento sustentável 2030 foram adotados na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Table: List of the Sustainable Development Goals as proposed by the OWG

Objetivo 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos
Objetivo 7	Garantir o acesso a energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos
Objetivo 8	Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro e entre os países
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
Objetivo 14	Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Source: United Nations

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) acordados em 2000 centraram-se em grande parte na obtenção de resultados sociais específicos nos países em desenvolvimento, tais como a erradicação da pobreza e da fome, a saúde e a educação, etc. adoptado no âmbito da Agenda 2030, estabeleceu uma vasta gama de objectivos ambientais, sociais e económicos tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento (K. Morita, M. Okitasari & H. Masuda 2020). Assim, os esforços dos

intervenientes nacionais, regionais e locais para os ODS são essenciais, mesmo para os países desenvolvidos.

UNIDADE 1.2. – BOA GOVERNANÇA PARA OS ODS

1.2.1. Introdução à boa governação para os ODS

A Boa Governação para o Desenvolvimento Sustentável é vista como crucial para a agenda de desenvolvimento pós-2015, uma vez que fornece o quadro e os princípios necessários para garantir um desenvolvimento eficaz, transparente e inclusivo (PNUD, 2015). O conceito de boa governação envolve um conjunto de práticas que contribuem para uma melhor tomada de decisões, responsabilização, Estado de direito e participação. A este respeito, o próprio termo está a ser definido como um ideal para o qual todos os intervenientes nacionais, regionais e locais devem trabalhar para garantir o desenvolvimento sustentável (UNESCAP).

1.2.2. Objectivos da boa governação para os ODS

O objectivo da Boa Governação no Desenvolvimento Sustentável é “ajudar as sociedades a desenvolver um governo eficaz dentro de um sistema democrático, bem como a implementar princípios de desenvolvimento sustentável através de parceria global” (ONU 2020). Para que isso seja garantido, os países em desenvolvimento e desenvolvidos são instados a:

- Estabelecer uma estrutura de sistema de governação para os ODS (Okitasari et al. 2019);
- Definir claramente os papéis e responsabilidades de todos os intervenientes que participam na governação dos ODS;
- Definir claramente as suas metas e objectivos nas três dimensões: protecção do ambiente, prosperidade social e económica, e justiça e igualdade social;
- Construir parcerias multissetoriais para os ODS a nível nacional e local;
- Construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para os ODS;
- Envolver os governos locais no processo de consulta nacional para os ODS e na estrutura formal do sistema de governação nacional (Lisa-Maria Glass, Jens Newig. 2019).

1.2.3. Princípios de Boa Governança

Dependendo dos diferentes pontos de vista e opiniões, a boa governação é caracterizada por diferentes características ou elementos. Um exemplo é que a boa governação para os ODS é: participativa, orientada para o consenso, responsável, transparente, receptiva, eficaz e eficiente, equitativa, inclusiva e segue o Estado de direito. Outro exemplo é que a boa governação para o desenvolvimento sustentável é: participativa, baseia-se na coerência política, é reflexiva e adaptável e baseia-se em instituições democráticas. No entanto, é importante que a governança estabelecida:

- Garante que a corrupção seja minimizada;
- As opiniões das minorias são tidas em conta;
- As vozes dos mais vulneráveis da sociedade sejam ouvidas, e
- Responde às necessidades presentes e futuras da sociedade (UNESCAP).

- **Participação e inclusão**

O objetivo central da inclusão e participação no debate e na tomada de decisões para os ODS é que as estratégias e políticas de desenvolvimento atendam às necessidades de todos os segmentos da sociedade, e que sejam construídas sobre um consenso e um sentimento de partilha compreensão e responsabilidade de todos os intervenientes. A este respeito, a boa governação para os ODS incentiva a participação ativa de todas as partes interessadas (privadas e públicas), incluindo os grupos marginalizados e vulneráveis (não deixando ninguém para trás).

- **Coerência política e Estado de direito**

A coerência política é explicada como consistência e coordenação de políticas em diferentes sectores e níveis de governo. É assegurada quando as políticas se complementam em vez de se contradizerem e estão a “criar sinergias para alcançar os objectivos definidos” (OCDE, 2001: p.90).

Por outro lado, a boa governação baseia-se no Estado de direito, que garante que as leis sejam justas, justas e aplicadas de forma consistente. Isto também implica que todos os indivíduos, instituições e entidades sejam responsáveis perante a lei e que a justiça e a protecção dos direitos humanos, incluindo um ambiente jurídico estável, sejam garantidas. Juntos, a coerência política e o Estado de direito contribuem para a construção de um sistema que seja justo, transparente e alinhado com os valores e objetivos da sociedade.

- **Reflexividade e adaptação**

A governação para o desenvolvimento sustentável requer “autoconsciência crítica” e capacidade dos governos e das instituições para se adaptarem e responderem eficazmente aos desafios dinâmicos e complexos da sustentabilidade (Meadowcroft, 2011: p.540). Ao promover a reflexividade e a adaptação, os governos e as instituições podem melhorar a sua capacidade de navegar pelas complexidades do desenvolvimento sustentável e tomar decisões informadas e específicas ao contexto que contribuem para a consecução dos ODS.

- **Instituições democráticas**

O conceito de instituições democráticas, tal como definido pelo Banco Mundial, inclui “prestação de contas, transparência, Estado de direito e eficiência e eficácia governamental” e, como tal, são vistas como decisivas para o desenvolvimento de um país (Lisa-Maria Glass, Jens Newig. 2019). Estudos empíricos demonstraram que a democracia e as liberdades civis conduzem a melhores resultados de desenvolvimento económico e social, aumentam a igualdade e o rendimento das pessoas, bem como, países com maiores liberdades civis e liberdades políticas apresentam níveis mais elevados de qualidade ambiental Lisa-Maria Glass, Jens Newig. 2019).

- **Eficácia e eficiência**

A boa governação também enfatiza a eficácia e a eficiência das instituições públicas. Isto envolve otimizar o uso de recursos e fornecer serviços de maneira oportuna e económica.

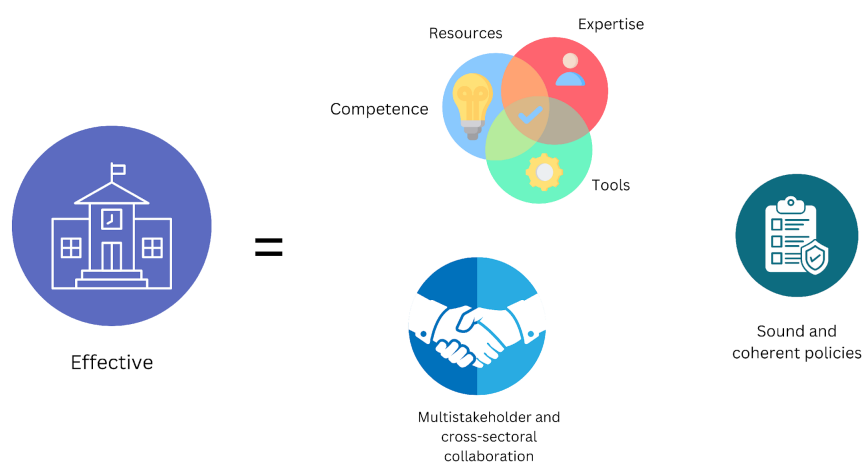


Photo: Effectiveness of institutions for the SDGs

1.2.4. Atores na (Boa) Governança

Os governos e os governos locais são um dos intervenientes formais na governação. De acordo com a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP), outros intervenientes que, de uma forma ou de outra, influenciam a tomada de decisões, incluindo o processo de implementação, dependendo do nível de governação podem ser:

- **Nas zonas rurais:** proprietários influentes, associações de agricultores, cooperativas, ONG, institutos de investigação, líderes religiosos, instituições financeiras, partidos políticos, etc.
- **Nas áreas urbanas:** a elite urbana que molda a cidade, os decisores do governo nacional/provincial, os decisores locais nomeados, os decisores empresariais formais, as autoridades eleitas, os meios de comunicação, os sindicatos, as ONG, a classe média urbana, os pobres urbanos, provedores de educação, etc.
- **A nível nacional:** todos os intervenientes acima mencionados, incluindo meios de comunicação social, lobistas, doadores internacionais, empresas multinacionais, etc.

1.2.5. Desafios para uma boa governação e instituições eficazes

Alcançar uma boa governação e instituições eficazes para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não está isento de desafios. Vários obstáculos podem impedir o progresso nestas áreas, e alguns desses desafios principais são:

- Falta de liderança governamental e de apropriação das iniciativas de reforma;
- Desafios político-económicos complexos;
- Aplicação de “abordagens tecnocráticas de tamanho único”;
- Sequenciamento deficiente e mudanças frequentes nas estratégias de gestão;
- Corrupção;
- Falta de vontade política;

- Estado de direito fraco;
- Falta de capacidade institucional e coordenação;
- Restrições financeiras
- Lacunas tecnológicas, etc.

Enfrentar estes desafios exige um esforço concertado dos governos, das organizações internacionais, da sociedade civil e do sector privado. Envolve a promoção de uma cultura de responsabilização, transparência e colaboração, o reforço da capacidade, o controlo e a monitorização das instituições, o investimento na inovação, a promoção de uma elaboração de políticas sólidas e da coerência política, a promoção de políticas inclusivas e a abordagem das causas profundas de questões como a corrupção e a desigualdade. .

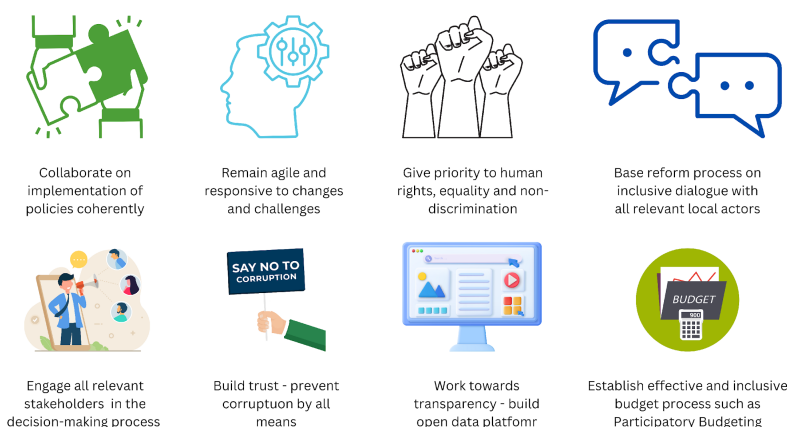


Photo: Key steps to good governance for the SDGs

UNIDADE 1.3. – LOCALIZAÇÃO DOS ODS

1.3.1. Introdução à localização dos ODS

Em Setembro de 2019, o Secretário-Geral das Nações Unidas lançou um apelo a uma década de acção para cumprir os compromissos delineados nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na Agenda 2030 (SEI, 2021). Em muitos aspectos, a consecução dos ODS está directamente ligada à capacidade dos órgãos governamentais locais e regionais de facilitar o acesso a serviços básicos que melhoram a qualidade de vida geral (SEI, 2021). Esta capacidade, por sua vez, reflecte a sua preparação para empreender seriamente a prossecução dos ODS.

Dado que cada ODS é caracterizado por metas específicas diretamente associadas às responsabilidades dos governos locais e regionais, particularmente no que diz respeito à prestação de serviços públicos aos residentes locais, a **Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** é vista como um processo abrangente que envolve processos de definir, adaptar, implementar e monitorar a implementação dos ODS globais, nacionais e subnacionais. O processo de localização baseia-se no contexto subnacional (local e regional) e refere-se a “como os 17 ODS podem fornecer uma estrutura para a política de desenvolvimento local”, bem como “como os governos locais e regionais podem apoiar a realização dos ODS através de uma ação bottom-up” (SEI, 2021).

Neste quadro, a localização dos ODS reconhece os diversos contextos, desafios e oportunidades inerentes a várias regiões, cidades e comunidades. Este reconhecimento é indispensável para garantir que os ODS permanecem relevantes, alcançáveis e impactantes a nível popular.

1 NO POVERTY 	Local governments are in the ideal position to identify people living in poverty on the ground, and to target resources and services to help them escape it.	4 QUALITY EDUCATION 	Local governments can integrate technical & vocational training programmes into local economic development strategies, making sure training is valuable to labour market opportunities into account
2 ZERO HUNGER 	LRGs' management of natural resources in rural areas, particularly land and water, underpins food security for the surrounding territory	5 GENDER EQUALITY 	Local governments can act as a model for gender equality and the empowerment of women through non-discriminatory service provision to citizens and fair employment practices.
3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING 	Local governments can contribute to the reduction of deaths caused by water and soil pollution through effective natural resource management and environmental protection	6 CLEAN WATER AND SANITATION 	Local governments have a role to play in improving water quality through environmental protection measures and sustainable solid waste management

Source: UCLG, 2015

7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY 	Local governments can contribute to energy efficiency directly by investing in energy efficient buildings and green energy sources in public institutions	10 REDUCED INEQUALITIES 	Local governments have a particular role to play in political inclusion at local level
8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH 	Local governments can generate growth and employment from the bottom up through local economic development strategies	11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES 	City governments must develop strategic urban plans to prevent their growth and work with slum-dwellers to improve conditions and provide basic services where slums already exist.
9 INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE 	Local governments can include the promotion of small-scale industry and start-ups in their local economic development strategies, taking into account local resources, needs and markets.	12 RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION 	Local and regional governments can support short supply chains, thereby reducing transport and carbon emissions, through land management, infrastructure, urban planning, education and training, and public markets

Source: UCLG, 2015

	Local and regional governments, especially in cities, are often on the frontline of dealing with the effects of climate change.		This goal calls on local governments to become more effective and accountable to the citizens
	Coastal cities must develop and implement planning and building regulations to prevent construction in unsuitable areas of the coast.		Local governments are in the ideal position to encourage and facilitate partnerships between public bodies, the private sector and civil society in the communities
	Local governments' role as service providers coupled with their ability to incentivize behavioral change in our communities, puts us in a unique position to protect natural resources and habitats.		

Source: UCLG, 2015

1.3.2. Passos para a localização dos ODS

Etapa 1: Conscientizar e envolver as comunidades

Os governos locais devem incluir todos os intervenientes locais - cidadãos, grupos comunitários informais, organizações da sociedade civil, instituições educativas, empresas locais e outros - para se reunirem numa mesa redonda dedicada à revisão das estratégias e planos existentes para alcançar os ODS e à identificação de prioridades, etapas, ferramentas e abordagens necessárias. Isto permitirá uma discussão aberta e construtiva sobre os projetos locais previstos e poderá apoiar uma maior compreensão dos ODS e da Agenda 2030. Para que isso aconteça, os governos locais devem:

- Organizar campanhas de sensibilização e mesas redondas territoriais
- Comunicar metas, ações e conquistas através de diversos canais de comunicação
- Envolver embaixadores dos ODS para promover os esforços locais em direção à Agenda 2030
- Envolver especialistas e prestadores de ensino para aumentar a compreensão dos ODS e da Agenda 2030
- Organizar atividades envolventes e relacionadas aos ODS
- Solicitar pontos de vista e opiniões sobre aspectos-chave para incentivar o sentimento de propriedade

Passo 2: Localizar e alinhar os ODS

Localizar os ODS exige adaptar os objectivos globais às **necessidades, prioridades e capacidades específicas das comunidades locais**. Isto envolve considerar o contexto cultural, social, económico e ambiental de cada localidade (território), incluindo a compreensão da importância dos ODS em relação à agenda de desenvolvimento local. Para que isso aconteça, os municípios devem:

- Treinar e desenvolver capacidades em torno dos ODS (de funcionários municipais e comunidades locais)
- Orçamentos municipais abertos para discussão e contribuição para os principais atores
- Categorizar e alinhar os projetos municipais com os ODS e suas metas

- Priorize projetos com base em um conjunto predefinido de critérios e prioridades de sustentabilidade

•

Passo 3: Territorializar e mapear

Após as duas etapas iniciais, o processo de localização torna-se mais concreto. Nesta fase, **os municípios deverão representar visualmente todos os projetos municipais discutidos com os participantes, mapeando-os**. Este processo de mapeamento considera as prioridades classificadas com base em critérios específicos definidos nas fases anteriores. Para fazer isso, os departamentos municipais precisam posicionar geograficamente os projetos na área local. O resultado será um mapa que mostra os investimentos públicos e uma visão global de como estes projetos irão impactar a vida dos cidadãos. Para que isso aconteça, os municípios devem:

- Fornecer fotografias aéreas e mapas
- Fornecer planos e projetos urbanos
- Use ferramentas tradicionais e digitais para mapeamento

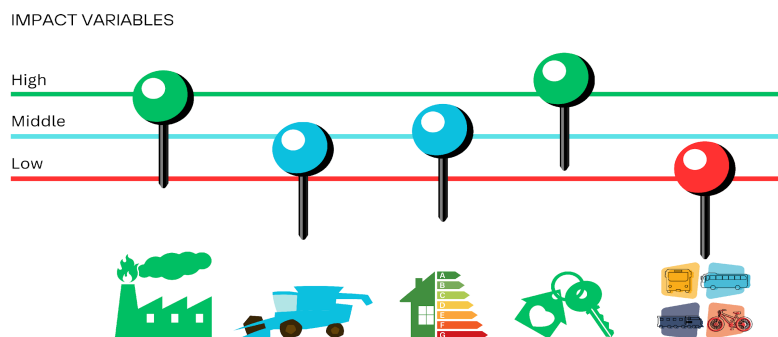


Photo: Territorialization

Passo 4: Implementar e monitorizar

O último passo da localização dos ODS é criar um sistema de monitorização eficiente para acompanhar a implementação dos projectos de desenvolvimento local previstos. Para conseguir isso, os municípios devem acompanhar o estado de cada projecto, quer os projectos estejam numa fase de planeamento ou numa fase de implementação diferente. Neste caso, o mapa deve incluir quatro fases de implementação do projeto: 0% de proposta (quando os projetos estão em fase de planeamento), 25% de aprovação (quando os projetos foram aprovados), 50-75% em andamento e 100% de competição. Para que isso aconteça, os municípios devem:

- Desenvolver conjunto de indicadores localizados, específicos para o território
- Que os indicadores dos ODS sejam usados para monitorar e avaliar o progresso do projeto

- Coletar dados e monitorar o progresso em nível subnacional (local e regional)
- Garantir que a monitorização e os relatórios nacionais abrangem as informações recolhidas pelos governos locais e regionais
- Garantir que os governos locais e regionais sejam incluídos na revisão dos planos nacionais

GEO-LOCATION OF THE MONITORING OF LOCAL DEVELOPMENT PROJECT PROGRESS



Photo: Progress monitoring